

## GRAMÁTICA INGLESA PROCURA-SE

Isabel Casanova  
DEA – FLUL

O que aqui venho dizer-vos não será novo, mas talvez por isso mesmo é muito importante. O que aqui venho fazer é sensibilizar linguistas e professores de língua para a importância da gramática/ou das gramáticas na aprendizagem de uma língua estrangeira

De um ponto de vista funcional, podemos dizer que na vida nada se repete. Não aprendemos a guiar o nosso primeiro carro como iremos aprender a guiar o terceiro ou o quarto; não aprendemos a tratar do nosso primeiro filho como iremos aprender a tratar do segundo ou do terceiro; não aprendemos a matemática do 1º ano como iremos aprender a do 4º ou do 5º. E não aprendemos (ou melhor, adquirimos) a nossa primeira língua como iremos aprender a segunda ou a terceira.

De um ponto de vista funcional, nada recomeça do zero e a experiência anterior tem sempre, necessária e inevitavelmente, um papel a desempenhar no desenrolar da vida: ao aprendermos a guiar o nosso terceiro ou quarto carro, ao aprendermos a tratar do nosso segundo ou terceiro filho, ao aprendermos a matemática do 4º ou 5º anos, não iremos, como certamente aceitamos, partir do nada e recomeçar de novo.

Também ao aprendermos uma língua estrangeira não partimos do nada. Aprender uma língua estrangeira insere-se num processo muito mais vasto que consiste no próprio processo de **aprender**. Não fazemos (e porque o havíamos de fazer?) *tábua rasa* do nosso comportamento linguístico anterior, das experiências que fomos acumulando: as condições são já outras.

Ao adquirir a língua materna, a criança é exposta a uma só língua indo, a pouco e pouco, formulando e testando as suas hipóteses

acerca do sistema de regras dessa língua. Quando é posto perante a tarefa de aprender uma língua estrangeira, o aprendente irá também tentar estabelecer as regras dessa língua. Usará certamente estratégias e recursos idênticos, servindo-se da evidência apresentada por essa língua. Porém, e ao contrário do que acontecera com o seu contacto com a língua materna, dispõe agora de uma fonte alternativa de hipóteses. Domina já as regras de uma língua e tenderá a servir-se dos seus conhecimentos da estrutura da língua materna (e de outras que eventualmente já domine). Posto perante dificuldades, o aprendente tenderá a servir-se dos recursos à sua disposição. Poderá formular hipóteses com base no contacto linguístico, como sucede na aquisição da língua materna, ou poderá modificar e readaptar regras já conhecidas, formulando alternativas possíveis.

Assim se compreende que uma língua estrangeira se não aprenda como se adquiriu a língua materna. Os recursos de que o aprendente dispõe são, no caso da língua estrangeira, muito maiores e, curiosamente, maiores recursos constituem geralmente para o aprendente uma fonte de agravamento e dificuldade. Além disso, na aquisição da língua materna a capacidade linguística vai-se desenvolvendo a par das necessidades comunicativas. Já o mesmo se não verifica na aprendizagem de uma língua estrangeira: a capacidade linguística encontra-se muito aquém das necessidades comunicativas. Assim, a dificuldade é de certa forma maior. A agravar estas diferenças, a reacção ao erro é também bem diferente: na aquisição da língua materna o erro não parece assustar os adultos, sendo muitas vezes mesmo uma gracinha; já para o professor o erro é um mal que depressa deverá ser corrigido antes que fossilize.

Recomeçar do zero parece-nos, pois, absurdo: todo o conhecimento anterior do aprendente desempenha, inevitável e logicamente, um papel importante e assim se compreende que um dos principais obstáculos a transpor na aprendizagem de uma língua estrangeira seja o conhecimento que o falante tem da sua língua materna e de outras que eventualmente já conheça. Este conhecimento constitui, curiosamente, uma fonte extra de dificuldade.

Não se aprende, pois, uma língua estrangeira como se adquiriu a língua materna. As condições são outras, o processo será diferente. Chegou a hora de **consciencializar a aprendizagem** e este processo de consciencialização passa necessária e inevitavelmente pelo estudo da gramática.

Aprender uma língua estrangeira é tarefa complexa e, às dificuldades de natureza linguística irão aliar-se factores de ordem pedagógica: a língua estrangeira é ensinada e o ensino da língua cria algumas dificuldades que se não devem a qualquer complexidade intrínseca a essa língua nem às eventuais diferenças em relação à língua materna. A dificuldade surge nestes casos como resultado de uma prática de estudo, muitas vezes da responsabilidade do professor. E passo a citar, a título meramente exemplificativo, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* da autoria de Celso Cunha e Lindley Cintra: "sendo o pronome átono objecto directo ou indirecto do verbo, a sua posição lógica, normal, é a ÊNCLISE". Começa-se, pois, por ensinar uma regra segundo a qual o pronome clítico segue o verbo principal: *Encontrei-o na rua; ele magoou-se muito*, por exemplo. Após a formulação da regra, seguem-se quase quatro páginas de excepções em que o pronome ocorre antes do verbo principal: *Eu não o encontrei; talvez ele se tenha magoado*, etc. Ora a realidade é certamente bem mais simples e a dificuldade do aprendente não resulta de dificuldade inter- ou intralingual mas de uma imperfeita descrição linguística.

Assim, o professor insiste — e bem — na consciencialização da aprendizagem, mas apresenta uma regra que depois não aplica, vendendo-se frequentemente confrontado com a necessidade de explicações do tipo "Bom, é que neste caso...", "Sim, mas aqui...". Afinal, somos nós, linguistas e professores, os executantes da nossa própria sentença de morte.

Erros pedagógicos, ou erros da responsabilidade do professor, são também frequentes nas gramáticas inglesas onde uma formalização linguística imperfeita acaba muitas vezes por levar infelizmente alunos e professores de inglês a esquecerem os manuais. Deste problema darei como exemplo o estudo do *present perfect*.

Mas as gramáticas inglesas padecem ainda de outro mal. Bem conscientes da necessidade de um estudo sério e sistematizado tanto se preocupam em nos mostrar as árvores que não nos deixam ver a floresta. Este excessivo — embora bem-intencionado — pormenor acaba também por transformar as gramáticas em listagens de regras, ocorrências e significados por vezes tão rigorosos e exaustivos que não permitem a consciencialização da regra. Tudo se torna ainda mais inoperacional quando à preocupação de rigor se alia a incapacidade de análise linguística. Representativo deste problema apresentarei alguns comentários sobre a questão do futuro em inglês.

*O present perfect* — O ensino praticado pelas gramáticas correntes e seguido pela maioria dos professores (?)— penso que praticamente qualquer gramática inglesa poderia ser citada — aponta para um valor temporal de uma acção que tem início no passado e que se arrasta até ao momento presente. E dão exemplos: *John has lived in Paris for ten years, I have worked in this bank since 1972.*

Este valor imperfectivo — que é real no *pretérito perfeito composto* — não se verifica no *present perfect*. Estas frases representam de facto situações que, iniciadas no passado, perduram até ao presente. Observe-se, porém, que se retirarmos os adverbiais presentes nestas frases a situação descrita será indiscutivelmente perfectiva e não se prolongará até ao momento presente: *John has lived in Paris* significa que já lá não mora, mas que morou num passado indefinido e *I have worked in this bank* pressupõe que já lá não trabalho. Afinal é a **presença do adverbial** e não o *present perfect* que confere a um valor imperfectivo às frases *John has lived in Paris for ten years* e *I have worked in this bank since 1972*.

O facto de as gramáticas não se terem apercebido do verdadeiro significado do *present perfect* vai ter repercussões desastrosas na descrição linguística: as gramáticas começam por enunciar uma regra incorrecta acabando, compreensivelmente, por ter de recorrer a toda uma panóplia de excepções. Murphy, por exemplo, a propósito das frases *Tom is looking for his key. He can't find it. He has lost his key.* explica: "He has lost his key' means that he lost it a short time ago and still hasn't got it". Na impossibilidade de fazer estender até ao presente o acto de perder as chaves, Murphy — seguindo a voz corrente das gramáticas — prolonga a situação até ao presente fazendo perdurar os seus efeitos e atribuindo-lhe uma ocorrência recente. Esta é uma elegante resposta a uma regra defeituosa. Note-se que antes de dizer *He has lost his key* Murphy tem o cuidado de dizer que o Tom está à procura da chave e que não a encontra. Para tornar esta a regra ainda mais convincente, o autor faz acompanhar esta explicação de um desenho de um boneco a espreitar debaixo de uma cama como se estivesse à procura de algo. E assim se reforça a ideia de que a acção de perder a chave é recente e que os seus efeitos perduram. Parece-nos pouco provável de facto, sob pena de alguma perturbação mental séria, que o Tom estivesse ainda à procura de uma chave que perdera quando era criança, por exemplo, ou que tendo perdido já tinha encontrado. Não é

o *present perfect* que vai conferir à frase a ideia de um acontecimento recente, mas a situação apresentada que, traiçoeiramente, ajuda a incutir no espírito do aprendente a regra que o linguista pretende defender.

As gramáticas atribuem, pois, ao *present perfect* o valor de passado que se estende até ao presente ou, na impossibilidade de isso se verificar, condescendem num passado recente: *I've just had lunch* pressupõe da parte do falante uma refeição recente. Com certeza! Em primeiro lugar, encontramos o adverbial *just* que, esse sim, nos diz que a acção é recente e, em segundo lugar, muito estranho seria que o falante informasse o seu interlocutor de que algures no seu passado já tinha almoçado. Mais uma vez, a ideia de que, mesmo sem o adverbial, *I've had lunch* nos transmite um acontecimento recente não se deve ao *present perfect*, mas sim às regras pragmáticas da comunicação. É o que o Princípio de Grice chama a categoria da Relação: sê relevante. Esta ideia de passado recente já se não aplica a outros conteúdos proposicionais: *I've read Hamlet* informa-nos apenas de um acto acabado, perfectivo, cujo momento de ocorrência não nos interessa, ou não sabemos, especificar.

O valor imperfectivo atribuído ao *present perfect* é, pois, incorrecto e para tornar a regra mais convincente, as gramáticas exemplificam-na com situações que, essas sim, apresentam valor imperfectivo. O professor é então deixado com uma regra inadequada que acabará por ser abandonada.

*O futuro* — A maior parte das gramáticas trata os auxiliares *will* e *shall* como indicadores de tempo futuro, surgindo então o verbo inglês descrito segundo a tradicional tripartição temporal: passado, presente e futuro.

Esta concepção da categoria temporal do inglês tem, no entanto, vindo a ser posta em causa, pois quer do ponto de vista estritamente formal, quer do ponto de vista semântico, o verbo inglês parece apontar para uma divisão temporal bipartida: a oposição passado/não passado apresenta-se regularmente flexionada marcando a oposição entre um tempo real definido situado no passado e um tempo real impreciso que, incluindo o momento da enunciação, é tão vasto que pode apresentar valor aspectual habitual ou mesmo gnómico. O contraste ternário imposto pela gramática tradicional parece ser mais uma questão de tempo real (*time*) do que de tempo gramatical (*tense*).

O que se passa então com o futuro inglês? Será a construção perifrástica *You will/shall leave* parte do sistema temporal ou parte do sistema modal? Dever-se-á associar *You will/shall leave* ao paradigma temporal *You leave, You left* ou ao paradigma modal *You may leave, You must leave*, por exemplo?

Alguma confusão parece ter-se instalado na maior parte das gramáticas: se, por um lado, julgam dever respeitar o clássico reconhecimento de um tempo gramatical futuro, por outro lado, a verdade científica se encarrega de dificultar tal tarefa. Vejamos, por exemplo, a definição apresentada pela *Collins Cobuild English Grammar* num capítulo intitulado **Expressing Time** (p.255):

"If you want to say that something is planned to happen, or that you think it is likely to happen in the future, you use the modal 'will' in front of the bare form of the verb. This is called the **future tense**".

A ideia de que esta construção constitui a base da formação do tempo (gramatical) futuro — *future tense*, segundo a designação desta e de muitas gramáticas — apresenta-se inequivocamente contrariada pela designação de **modal** atribuída ao auxiliar *will*. Ora *will* é de facto um auxiliar modal e não temporal. Atente-se na definição de **modals** apresentada pela mesma gramática:

"Modals are mainly used when you want to indicate your attitude towards what you are saying, or when you are concerned about the effect of what you are saying on the person you are speaking or writing to" (p.217).

Como auxiliar modal que é, o auxiliar *will* revela-nos de facto uma atitude do falante de que os autores desta gramática parecem estar conscientes, uma vez que não nos apresentam um futuro de natureza temporal, mas de natureza modal; é o que nos mostra uma leitura mais atenta da definição de *future tense*: "something is planned to happen / is likely to happen".

A futuridade não constitui a significação intrínseca destes auxiliares, mas uma simples e lógica consequência do valor modal expresso: quem planeia, prevê, quer, tenciona ou promete, por exemplo, terá sempre como objectivo uma situação não realizada (daí o valor não factual) e, conseqüentemente, uma situação futura.

As gramáticas descrevem então os auxiliares *will* e *shall* com mais ou menos pormenor. No entanto, porque partem de uma incorrecta e desajustada descrição linguística, as gramáticas vêm-se na

necessidade de completar uma regra inadequada com longas e desconexas listas de ocorrências e valores que nada mais são afinal do que reajustamentos. Assim, elementos vitais para a determinação da regra são apresentados como (aparentes) exceções ou valores desconexos. As gramáticas inglesas caracterizam-se, por um lado, por uma falta de rigor e por outro, contradizem-se por um rigor excessivo que as torna inoperacionais, parecendo-se com aquela mãe ansiosa que tão preocupada está em lavar tudo bem lavado e deixar tudo bem limpo que deita fora o bebê com a água do banho!

### Referências.

- CASANOVA, I., E. MELO CABRITA, I. MEALHA, J. MCMAHON RAMOS, M.L. FALCÃO E S. FORDHAM (1993), "The Present Perfect. A Perfect Approach", *Revista da Faculdade de Letras*, nº 15-5ª série, pp.155-164..
- Collins Cobuild English Grammar*, (1990)
- MURPHY, R. (1985), *English Grammar in Use — A Self Study Reference and Practice Book for Intermediate Students*, Cambridge University Press.